

Sociedi  
Ag. 2606  
c/c 08185-4

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 028/2024.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO GRUPO FOLCLÓRICO TROPEIROS DO LITORAL.

O MUNICÍPIO DE ITAPEMA, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 82.572.207/0001-3, estabelecido na Av. Nereu Ramos nº 134 - Centro Itapema - SC, denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pela Sra. PREFEITA NILZA NILDA SIMAS, portadora da Carteira de Identidade nº 1.805.291 SSPSC e CPF nº 745.120.219-49, residente e domiciliada à Av. Nereu Ramos, 3355, apt. 402 - Bl. Tropical Summer - Meia-Praia, Itapema - SC, e ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO GRUPO FOLCLÓRICO TROPEIROS DO LITORAL, inscrita no CNPJ sob nº. 08.680.559/0001-11, com sede RUA 106B N 103 Centro - Itapema - SC, doravante denominada (o) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada por FERNANDO RADTKE, ocupante do cargo de Presidente da organização da sociedade civil, inscrito no CPF nº 035.428.659-58, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei nº 3.620/2017 e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, mediante os decretos 19/2022 e 95/2022 as cláusulas e condições seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração, decorrente de Emenda Parâmetro e Inexigibilidade de Chamamento Público nº 021/2024, e tem por objeto a aquisição de uniformes, conforme detalhado no projeto.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) publicar o respectivo extrato da parceria no meio oficial de publicidade da

administração pública, contemplando neste a designação do gestor do Termo de Colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, sendo que, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada;

d) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

e) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação da parceria celebrada e do respectivo plano de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

f) instaurar tomada especial, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

g) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

h) aprovação do plano de trabalho;

i) apresentar termo de empréstimo e cessão dos bens, materiais ou objetos que serão submetidos à Organização da Sociedade Civil, a qual deverá certificar o recebimento destes, assumindo o compromisso de devolução no estado inicial, se for o caso;

j) indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

k) emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria;



l) fornecer plataforma eletrônica para a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado. Enquanto não for implementada pela Administração Pública a plataforma eletrônica, as prestações de conta se darão por meio físico.

## II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) apresentar prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas do recurso recebido por meio deste termo de colaboração/termo de fomento;

d) dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências previstas pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução e guarda do objeto;

**e) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observando o disposto no art. 51 Lei nº 13.019/2014.**

f) zelar pela integridade física dos bens, objetos e materiais cedidos a título de comodato, inclusive no que diz respeito às despesas com manutenção, limpeza e reparos, quando for o caso;

g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimentos e de pessoal; pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; previstos no termo de colaboração.

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao Termo de Colaboração, contendo o mesmo de forma integral, assim como o plano de trabalho;

**i) Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração desta parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública ou outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização da sociedade civil na hipótese de sua extinção;**

j) Manter instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - o montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente termo de colaboração é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

II - escrituração contábil de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá para execução do presente termo de colaboração é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) correndo a despesa á conta da Dotação orçamentária:

**Órgão 222- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA**

**Projeto Atividade: 2046 - Emendas**

**3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferência a entidades sem Fins Lucrativos**

### **4. CLÁUSULA QUARTA DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em



favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, mediante apresentação de prestação de contas, por meio de transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica e vinculada a este instrumento.

4.2 -É obrigatória a aplicação dos recursos deste termo de colaboração/fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas do recurso transferido no âmbito da parceria não serão liberados e ficarão retidos nos seguintes casos:

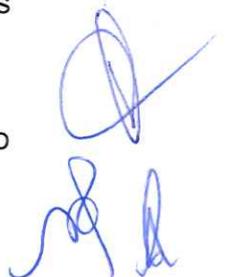
## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO**

5.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no



plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E VALOR**

**6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência de 120 dias, sendo de (01/04/24 a 31/07/24), conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.**

6.2 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativo.

6.3 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II - relação de serviços prestados, bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

III - comprovação, através de lista de presença ou outros meios, do público alvo



dos serviços sócio assistenciais inscritos no cadastro único.

§ 1.º A organização da sociedade civil prestará contas dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada mês, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 2.º A organização da sociedade civil deverá seguir as orientações contidas no manual de prestação de contas que deverá ser fornecido pela administração pública.

§ 3.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 4.º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 5.º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 6.º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração.

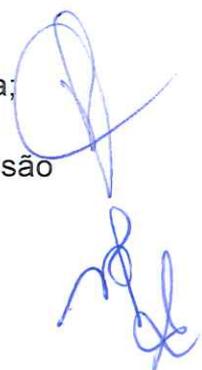
7.2 - Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica prevista, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

Parágrafo único. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

7.3 - A administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão



de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos



fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do item

7.8 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

7.9 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de bens ou valores públicos.



7.10 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.11 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

8.1 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo as metas ou o prazo de vigência do Termo de Colaboração.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES**

9.1 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho


administrativo do Estado.

III - utilização dos recursos físicos em desacordo com o Plano de Trabalho.

9.2 - Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as



normas da lei federal 13.019/2014 ou da legislação específica e receber como sanções: advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, em qualquer esfera da Federação;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoas:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1.º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2.º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3.º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2o, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4.º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de



direitos e de políticas públicas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência do Secretário Municipal responsável pelo repasse, sendo que a Secretaria de Administração poderá agir quando observada inércia da administração pública, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## **11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, observando a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos físicos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## **12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE**

12.1 - A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

## **13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;



II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

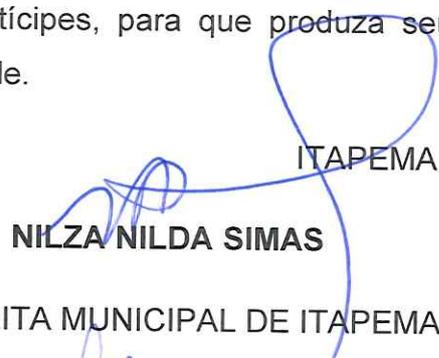
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de ITAPEMA - SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que serão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

ITAPEMA, 01 de abril de 2024.

  
**NILZA NILDA SIMAS**

PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPEMA

  
**NÁDIA FERNANDA CUNHA**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA

  
**FERNANDO RADTKE**

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO GRUPO FOLCLÓRICO TROPEIROS DO  
LITORAL

PLANO DE TRABALHO – Emenda 41 LOA 132/2023

**TROPEIROS DO LITORAL – UNIFORMES**

1 – Proponente – OSC:

**Entidade Proponente: Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral**

CNPJ: 08.680.559/0001-11      Data de Constituição: 08/02/2007 CNPJ ou 01/12/2006 Estatuto

Endereço: Rua 106B, nº 103 – Centro      Município: Itapema      UF: SC      CEP: 88220-000

E-mail: [tropeirosdolitoral.contato@gmail.com](mailto:tropeirosdolitoral.contato@gmail.com)      Site/Rede Social: Instagram - @tropeirosdolitoral

Telefone: (47) 99973-3727 ou (47)99611-8947 (somente WhatsApp)

Nome do Responsável: Fernando Radtke – Presidente da Associação

CPF: 035.428.659-58      RG: 4171398 SSP/SC

Endereço: Rua 613 nº 162 – Bairro Tabuleiro das Oliveiras, Itapema-SC CEP: 88220-000

E-mail: [fernando.radtke@hotmail.com](mailto:fernando.radtke@hotmail.com)      Telefone: (47) 99957-2236

**2 - DADOS ATUALIZADOS DOS DIRIGENTES**

CARGO	NOME	RG	CPF	ENDEREÇO
PRESIDENTE	FERNANDO RADTKE	4171398	035.428.659-58	RUA 613, Nº 162 – TABULEIRO DAS OLIVEIRAS – ITAPEMA –SC – CEP: 88220-000
VICE-PRESIDENTE	MOACIR FABRICIO FERNANDES BELTRAMIN	1079203236	06175303946	RUA 1204B2, Nº 323 – ILHOTA-ITAPEMA –SC- CEP:88220-000
1º SECRETÁRIO	SHEILA NUNES DE OLIVEIRA	3.178.385	016.838.059-50	RUA 128, Nº 110 - CENTRO – ITAPEMA –SC – CEP: 88220-000
2º SECRETÁRIO	CRISTINA BOLSONI RITZEL	6124096	10201446960	RUA 632, Nº 241 – TABULEIRO DAS OLIVEIRAS – ITAPEMA –SC – CEP:88220-000
1º TESOUREIRA	CASSIANA REBELLATO	3062908615	819.515.150-72	RUA 902B, Nº 420, CASA 01 – ALTO SÃO BENTO – ITAPEMA-SC – CEP: 88220-000
2ª TESOUREIRA	ISAMAR SIBELE GOULART	6470484	600.734.389-87	RUA 143, Nº 40, APTO 903- CENTRO-ITAPEMA-SC- CEP:88220-000
CONSELHO FISCAL	GIOVANNI BUNIVA	7062760116	008164760-39	RUA 902B, Nº 420, CASA 01 – ALTO SÃO BENTO – ITAPEMA-SC – CEP: 88220-000
CONSELHO FISCAL	RENAN TAYLOR LEITES	7091082	10753304910	RUA 800A, Nº 83 – CASA BRANCA – ITAPEMA –SC – CEP: 88220-000
CONSELHO FISCAL	IAGO CARVALHO PRESTES	8324937	112.928.669-00	RUA 108A, Nº 116 – CENTRO-ITAPEMA –SC- CEP:88220-000

SUPLENTE CONSELHO FISCAL	MARILEI KLABUNDE	2775761	969.963.159-72	RUA 420, Nº320 – MORRETES – ITAPEMA-SC- CEP:88220-000
SUPLENTE CONSELHO FISCAL	CARLOS DANIEL SALVADOR	6261294	09772486903	RUA 880A, Nº 144 – CASA BRANCA – ITAPEMA – SC – CEP:88220-000

### 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO.

<b>3.1 - TÍTULO DO PROJETO:</b> <u>TROPEIROS DO LITORAL – UNIFORMES</u>	<b>3.2 - PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b> Início: 01/03/2024 Término: 10/12/2024
<b>3.3 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:</b>	Adquirir uniformes para os alunos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral.
<b>3.4 – JUSTIFICATIVA:</b> <p>O GRUPO FOLCLÓRICO TROPEIROS DO LITORAL, foi fundado em 17 de abril de 2004, pelos professores Rudimar do Nascimento e Lisiane Gil da Cruz, e participa, há 19 anos, de eventos nacionais e internacionais. Com o objetivo de resgatar a cultura do sul do Brasil, tem aulas nas seguintes etnias: açoriano, Ericeira, gaúcho, mexicana, argentina, diversas danças do folclore brasileiro, além de ballet e jazz.</p> <p>Com um projeto de inclusão social, nas danças populares tem turmas nas categorias Mirim, Juvenil, Adulta e Veterana, que hoje fazem parte das oficinas culturais do município de Itapema - Projeto Cultura para Todos.</p> <p>Conta em sua trajetória, apresentações em festivais em 10 estados brasileiros, além de Paraguai, Uruguai, México, Costa Rica e Argentina.</p> <p>É Bicampeão Nacional do Festival de Criciúma, Tetracampeão do Santa Catarina Dança, Tricampeão do Festival de Desterro de Florianópolis, Duas vezes Campeão das Danças Populares do Festival de Danças de Joinville, considerado o maior do mundo, e Campeão Geral dos Festivais Dança Joaçaba e Eduxi em 2022, além de recentemente ter sido campeão no Festival Catarinense de Danças Populares Internacionais e Vice-Campeão nas Danças Populares Nacionais.</p> <p>Todos os anos organiza o Encontro Internacional de Etnias em Itapema e diversas cidades de Santa Catarina que em 2024 estará na 7ª edição.</p> <p>Sempre com o apoio dos pais e amigos do grupo, trava uma luta diária para manter vivas as tradições do sul do Brasil, e passar às crianças e jovens, toda a história dos povos que colonizaram Itapema, Santa Catarina e o sul do Brasil.</p> <p>O Objetivo Geral deste projeto é beneficiar as crianças, adolescentes, jovens e adultos, das oficinas de Danças Típicas do Projeto Tropeiros do Litoral, com a aquisição de Uniformes para os alunos das turmas Mirim, Juvenil, Adulta e Veterana, permitindo que os dançarinos representem Itapema em eventos e competições nacionais e internacionais, e estejam devidamente padronizados e uniformizados.</p> <p>Uma das maiores questões que temos ao discutir projetos que valorizam a cultura é a falta de recursos para fomentar a produção artística e cultural. Isso muitas vezes resulta na exclusão de boas práticas que possam integrar, valorizar e disciplinar as crianças, além de incluir jovens e adultos na prática da dança típica. Para um aluno permanecer em uma aula de dança, ele deve ter um figurino adequado, que muda frequentemente, ou pelo menos, a cada ano. Sabe-se que a</p>	

cultura tradicional perde uma parcela significativa de seus adeptos e potenciais adeptos se não for valorizada em nossa sociedade. Isso porque os projetos precisam de recursos financeiros necessários para adquirir roupas ou materiais adequados para o desenvolvimento de tais atividades. Por esse motivo, gostaríamos de confeccionar/adquirir 350 peças de uniformes, que irão atender pelo menos 100 alunos e integrantes do Grupo Tropeiros do Litoral, que é um grupo de inclusão social, que leva o nome de Itapema e Santa Catarina por onde passa. Ressaltamos que o uniforme é importante para transmitir organização, higiene, padronização e segurança aos alunos. Os uniformes fazem com que o grupo seja facilmente identificado quando estiver fora dos lugares de ensaio, além de transmitir a igualdade para todos os membros do grupo, um dos principais objetivos da inclusão social. As camisetas são sempre utilizadas nos eventos e apresentações que o grupo participa, como Festivais Nacionais e Internacionais, Festivais Competitivos, Encontros, Eventos Municipais e Estaduais, além dos ensaios e toda e qualquer saída do grupo.

#### 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

METAS	LOCAL	Indicador físico		Duração		INDICADOR DE CONTROLE
		Unidade	Quantidade	Início	Término	
Início dos ensaios	Itapema	Alunos e professores	60 pessoas 15h aulas semanais	março/2024	dezembro/2024	Lista de presença e registro fotográfico
Promover Inclusão Social	Itapema	Professores e alunos	60 pessoas 60h aulas mensais	março/2024	dezembro/2024	Registro de mídias Fotos Redes sociais
Aquisição de uniformes	Itapema	Associação/ presidente, tesouraria e coordenação	3 pessoas	março/2024	junho/2024	Notas Fiscais; fotos; relatório
Prestação de contas	Itapema	Associação/ presidente e tesouraria, professores e coordenação	3 pessoas	novembro/2024	dezembro/2024	Balancete; Notas Fiscais; fotos; relatório

#### 5 - INDICADORES

Indicadores qualitativos:

1. Satisfação dos participantes do grupo com os uniformes adquiridos: através de pesquisas de opinião é possível avaliar o nível de satisfação e a percepção dos dançarinos em relação aos uniformes adquiridos.
2. Aumento da autoestima dos participantes: observar se o uso dos novos uniformes contribuiu para o aumento da autoconfiança e autoestima dos dançarinos durante as apresentações.
3. Melhoria na identidade visual do grupo: verificar se os uniformes adquiridos contribuíram para a criação de uma identidade visual marcante para o grupo.

**Indicadores quantitativos:**

1. Número de uniformes adquiridos: contar quantos uniformes foram adquiridos para o grupo.
2. Custo total dos uniformes: registrar o valor financeiro investido na aquisição dos uniformes.
3. Taxa de utilização dos uniformes: mensurar a frequência com que os uniformes são utilizados durante as apresentações e eventos do grupo.
4. Aumento no número de participantes: verificar se a aquisição dos uniformes atraiu novos dançarinos para o grupo, resultando em um aumento no número de participantes.

**6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)**

META	PARCELA ÚNICA MARÇO/2024
EXERCÍCIO 2024	R\$20.000,00

**6.1.2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Elemento de despesa: Emenda 41 – LOA 132/2023 – Vereador Eurico Marcos Osmari

**6.2 - DADOS DA EQUIPE EXECUTORA**

Sendo nosso projeto para adquirir materiais, entendemos que a equipe que executará o mesmo é a diretoria executiva, sendo composta pelo nosso presidente e tesouraria, com o auxílio da coordenação para a escolha das peças, modelos, cores e assim avalizar a compra dos mesmos.

6.2.1-NOME COMPLETO	6.2.2-CPF	6.2.3- ENDEREÇO RESIDENCIAL
Fernando Radtke (presidente)	035.428.659-58	Rua 613 nº 162 – Bairro Tabuleiro das Oliveiras - Itapema - SC
Cassiana Rebellato (tesoureira)	819.515.150-72	Rua 902B, nº 420, Casa 01 – Alto São Bento – Itapema - SC
Neusa Martins (coordenação)	598.843.470-34	Rua Rio Vermelho, nº 44 - Rio Pequeno - Camboriú - SC

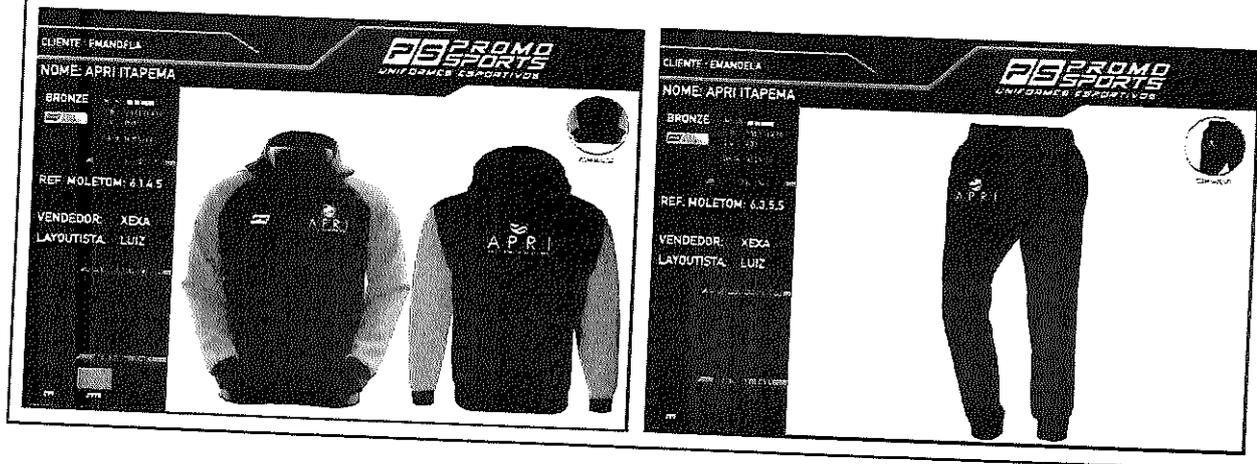
## 7 - PREVISÃO DE DESPESAS E RECEITAS

DESPESAS PREVISTAS		
	UNIDADE	VALOR TOTAL
Aquisição de uniformes para os alunos e membros do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral	350 peças	R\$20.000,00
<b>TOTAL GERAL DE DESPESAS</b>		<b>R\$20.000,00</b>

7.5-Despesas Previstas	7.6- VALOR UNITÁRIO	7.7- UNIDADE	7.8 - TOTAL
PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Camiseta azul escura	40,00	120	4.800,00
Camiseta azul claro	40,00	50	2.000,00
Calça	80,00	60	4.800,00
Moletom com capuz	90,00	60	5.400,00
Bermuda	50,00	60	3.000,00
<b>TOTAL</b>	-	350 peças	<b>R\$20.000,00</b>

## 8-OBSERVAÇÕES GERAIS

Os uniformes que serão adquiridos seguirão os modelos a seguir, figurando o padrão de cores azul e amarelo, que são as cores tradicionais do Grupo Tropeiros do Litoral, podendo ser em mais de um tom de azul, para diferenciar as turmas de danças típicas e dança de salão. Imagens apenas para exemplo:



*[Handwritten signature]*



## 9 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da conveniente, venho declarar, para os devidos fins e sob as penas da Lei, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA que:

Nossos proprietários, controladores, diretores respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 39, III da Lei 13.019/14).

Nenhum dos diretores incorre nas vedações da legislação, em especial o art. 39, VII da Lei 13.019/2014. A organização não possui nenhum impedimento legal para realizar a presente parceria, conforme as vedações dos artigos 38 a 41 da Lei 13.019/14.

A organização não tem dívidas com o Poder Público; Estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei 13.019/2014, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública e não incorrendo em nenhuma das vedações legais;

A organização possui todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará administração pública quando solicitado e antes da assinatura da parceria, para fins de conferência;

A organização possui estrutura para a operacionalização do acordo de cooperação tal como proposto, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a administração pública não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional;

*[Handwritten signature]*

A organização irá prestar contas dos bens transferidos a título de empréstimo temporários pela concedente destinados à consecução do objeto do acordo de cooperação;

A organização está apta para executar o objeto desta parceria com todas as obrigações comerciais e legais, específicas da atividade/projeto a que se propõe a executar, bem como, que atende às convenções e acordos nacionais e internacionais pertinentes;

A associação irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins de convênio.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Projeto e Plano de Trabalho.

ITAPEMA, 06 de DEZEMBRO de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
FERNANDO RADTKE

Presidente da Associação de Amigos do Grupo Folclórico Tropeiros do Litoral

10- APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

ITAPEMA – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo órgão repassador de recursos

\_\_\_\_\_  
Gestor do Acordo de Cooperação